

2 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL
REALIZADA NO INTERVALO DE 27/04/2023 A 04/05/2023 HABEAS CORPUS Nº
0802708-34.2023.8.10.0000 – SÃO LUÍS – MA PROCESSOS NA ORIGEM:
0807498-92.2022.8.10.0001 AÇÃO PENAL NA ORIGEM : 0822537-32.2022.8.10.0001
PACIENTE : Mayron Pessoa da Conceição IMPETRANTE : Raul Leonardo Galvão
Santana – OAB- MA nº 15.156 Tarcilio Santana Filho – OAB/MA nº 9.517
IMPETRADO : Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís-MA INCIDÊNCIA
PENAL : Art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal RELATOR : Desembargador
Francisco RONALDO MACIEL Oliveira EMENTA PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS
CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO TORPE E POR RECURSO QUE
IMPOSSIBILITOU A DEFESA DO OFENDIDO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA,
POR INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 226 DO CPP. NÃO
OCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA.
PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312, DO CPP. CONTEMPORANEIDADE
DEMONSTRADA. PACIENTE REINCENTE. ORDEM DENEGADA. I – Ainda que não
observadas a totalidade das formalidades previstas no art. 226, do CPP, na
1ª fase da persecução penal, sobejam outros elementos dos autos a
indicarem a autoria delitiva do paciente. II – O trancamento da ação
penal, pela estreita via do writ, é medida excepcional, cuja viabilidade
está adstrita às hipóteses de absoluta e inequívoca ausência de lastro
probatório mínimo para deflagração do jus persecuendi (ausência de justa
causa), aferíveis de plano. III – No caso dos autos, verifica-se que foi
proferida decisão de pronúncia, ocasião em que nos termos do art. 413, do
CPP1 (ID 85360739) foram devidamente analisados os requisitos da
materialidade e indícios suficientes de autoria, tendo a autoridade
coatora pronunciado o paciente e o corréu como incurso no artigo 121
(dolo direto), § 2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que
impossibilitou a defesa da vítima), c/c artigo 29, caput, (concurso de
pessoas), ambos do Código Penal. IV – Não carece de fundamentação a
decisão que observa, rigorosamente, os pressupostos e requisitos para a
manutenção da prisão preventiva do paciente, a teor do que dispõe o art.
312, do Código de Processo Penal, mormente no que se refere à garantia da
ordem pública e aplicação da lei de penal, levando-se em consideração,
notadamente, as circunstâncias gravíssimas dos fatos, revelada pelo modus
operandi empregado na empreitada criminosa, por ter sido o crime praticado
em plena via pública, ocasião em que a vítima na companhia de seu primo
caminhavam, quando o paciente e seu comparsa, em uma motocicleta, se
aproximaram repentinamente, momento em que puxou um revólver e efetuou um
disparo fatal contra a vítima, a qual fora atingida na região da cabeça,
tendo esta caído ao solo, quando foi efetuado um segundo disparo. V –
Outrossim, some-se à necessidade do ergástulo cautelar do paciente, pela
manutenção da garantia da ordem pública, o fato de consta dos autos “(...)”
que acusados, incluindo o acusado em alusão, como informaram a autoridade
policial e o titular da ação, seriam integrantes de facção criminosa.
(...)”, aliado ao fato de o paciente, além de reincente, possuir outras
ações penais em andamento, demonstram, assim, tais elementos, a
probabilidade de, uma vez solto, vir a reiterar em conduta delitiva. VI –
Demonstrado, também, a insuficiência de outras medidas cautelares menos
evasivas à liberdade, todos esses elementos são capazes de abalar e muito
a garantia da ordem pública, e, a manutenção da prisão preventiva é medida
que se impõe. VII – A existência de eventuais condições pessoais
favoráveis ao paciente, por si só, não impede a decretação ou, a
manutenção da custódia cautelar, quando presentes fundamentos concretos
que a recomendem. VIII – Ordem conhecida em parte e, nessa extensão

denegada, em parcial acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0802708-34.2023.8.10.0000, em que figuram como partes os retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, por unanimidade, em parcial acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça -PGJ, em CONHECER, em parte do habeas corpus, e, nessa extensão, DENEGAR a ORDEM impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Francisco RONALDO MACIEL Oliveira (Relator/Presidente), José Luiz Oliveira de Almeida (vogal) e pelo Des. Vicente de Paula Gomes de Castro (vogal). Funcionou pela Procuradoria-Geral de Justiça, a Dra. Regina Lucia de Almeida Rocha. Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, de 27/04/2023 a 04/05/2023. São Luís, 04 de maio de 2023 Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira RELATOR (HCCrim 0802708-34.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 05/05/2023)